

	2018	2017
Saldo no início do período (A)	(57.505)	(68.707)
Constituição	(2.963)	(737)
Reversão	4.017	15.848
Saldo no final do período (B)	(56.451)	(53.596)
Créditos de liquidação duvidosa baixados a prejuízo (C)	1.010	29.893
Feito líquido no resultado (A - B + C)	(44)	14.782
b) Operações renegociadas		

Conforme Resolução nº 2.682/99, do CMN, os créditos renegociados são classificados no nível de risco anterior do contrato original, os créditos em prejuízo renegociados retornam para a carteira e são provisionados no nível de risco H.

8. Devedores Diversos

	2018	2017
Empréstimos	45.450	49.428
Financiamentos	478	1.729
Total	45.928	51.157

9. Bens Não de Uso Próprio A rubrica contábil tem seu saldo composto por bens originados em operações recebidas em dação em pagamento e estão reconhecidos conforme determina a circular Bacen nº 909/1985.

Tipo	Matricula	Área	Registro	2018	2017
Imóvel	17.103	4.406,00 m²	02/01/2018	458	-
Imóvel	48.241	5.255,72 m²	02/01/2018	539	-
Imóvel	54.203 e 54.412	340,91 m²	29/09/2017	3.081	-
Terreno	20.083	84.311,70 m²	27/04/2017	7.458	7.458
Terreno	38.053	10.607,50 m²	31/03/2017	2.300	2.300
Imóvel	65.430	562,80 m²	17/03/2017	230	230
Terreno	85.347	132.632,76 m²	23/12/2016	12.000	12.000
Terreno	136.905	836,06 m²	23/12/2016	220	220
Imóvel	131.108	203,13 m²	23/12/2016	329	329
Terreno	136.879	142.341,15 m²	30/11/2016	3.000	3.000
Imóvel	147.639	168,88 m²	26/01/2016	116	116
Total de bens não de uso próprio				29.615	25.653

10. Depósitos

Depósitos interfinanceiros						
CDI	Grau de ligação	Taxa	Vencimento	2018	2017	
Santinvest S.A - DTVM	Ligada	98% DI/FLU		-	550	
Depósitos a prazo						
RDB Diversos	Não-Ligadas	107 a 125% CDI/FLU	Fev/2023	8.456	7.690	
DPGE Diversos	Não-Ligadas	105 a 109%- CDI/FLU	Abr/2020	40.548	58.964	
Total geral depósitos				49.004	66.654	
Total passivo circulante				26.004	42.410	
Total passivo não circulante				23.000	24.244	

RDB – Recibo de Depósito Bancário emitidos com taxas pós-fixadas, com prazo que variam de julho de 2018 a fevereiro de 2023. DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Créditos. Trata-se de recursos pós-fixados com prazo de amortização que variam entre fevereiro de 2019 a abril de 2020.

11. Recursos de Aceites Cambiais

	2018	2017
Recursos de Aceites Cambiais	2018	2017
Pré-Fixadas	5.024	8.435
Pós-Fixadas	87.337	96.671
Pessoas Físicas	10.761	14.496
Pessoas Jurídicas	81.600	90.610
Total geral	92.361	105.106
Total passivo circulante	43.504	39.021
Total passivo não circulante	48.857	66.085

Os recursos de aceites cambiais e emissão de títulos referem-se a letras de câmbio, captadas à taxas pré-fixadas e taxas pós-fixadas máxima de 128% do CDI. (128% do CDI em 30 de junho de 2017), seguindo a variação do CDI, com vencimentos entre de julho/2018 a outubro/2021.

12. Patrimônio Líquido a) Capital Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, o capital social é de R\$ 73.500 mil (setenta e três milhões e quinhentos mil reais), representado por 222.000 (duzentas e vinte e duas mil) ações ordinárias nominativas, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** Calculada nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 a razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, considerando o item 1.16.5.1 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). **c) Dividendos:** É garantido aos acionistas no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. No primeiro semestre de 2018 foram propostos dividendos no valor de R\$ 1.431 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil reais). No primeiro semestre de 2017 não foram propostos dividendos. **d) Reserva estatutária:** Conforme artigo 26 letra "c" do estatuto social poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, sempre que necessário e na distribuição de dividendos a qualquer momento. **e) Resultado por Ação:** O resultado do 1º semestre de 2018 gerou lucro de (R\$ 27,14) (vinte e sete reais e quatorze centavos) por ação e prejuízo de (R\$ 48,18) (quarenta e oito reais e dezoito centavos) por ação no 1º semestre de 2017. **13. Partes Relacionadas**

a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Empresa	Grau de relação	2018	2017
Depósitos Interfinanceiros	Santinvest DTVM	Ligada	-	550
Obrigações por Aceites Cambiais	Santinvest Participações Acionista		2.473	733

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração: A remuneração total do pessoal chave da administração para o primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 775 (setecentos e setenta e cinco mil reais), R\$ 711 (setecentos e onze mil reais) no primeiro semestre de 2017, incluindo os benefícios de curto prazo. **14. Contingências** A Instituição mantém provisões para contingências, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Instituição prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2018			
Risco (Perda)	Tributário (a)	Trabalhista	Cíveis	Total
Provável	-	-	16	16
Possível	13.164	30	927	14.121
Total	13.164	30	943	14.137

	2017			
Risco (Perda)	Tributário (a)	Trabalhista	Cíveis	Total
Provável	-	70	119	189
Possível	12.560	19	1.287	13.866
Total	12.560	89	1.406	14.055

(a) A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em novembro de 2011. A referida autuação foi objeto de impugnação junto à Receita Federal do Brasil em dezembro de 2011. A autoridade tributante entendeu que a companhia teria incorrido em infração à legislação tributária ao optar pelo regime de tributação com base no lucro arbitrado, pois não vislumbrou os requisitos necessários para o enquadramento em tal método, ainda, em face da atividade econômica efetivamente explorada integrar o rol de contribuintes cuja apuração dos resultados fiscais submete-se obrigatoriamente as normas do lucro real. Em que pese os argumentos da Autoridade Tributante a Turma de julgamento da DRJ de Belém – PA (1ª Instância Administrativa), por unanimidade de votos julgou a impugnação procedente cancelando o crédito tributário exigido, por entender que restando conhecida a receita bruta e configurada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a VII do artigo 47, da lei 8.981 de 1995, o sujeito passivo se acha autorizado a adotar o auto arbitramento do lucro no correspondente período. Ou seja, validou os argumentos utilizados na defesa inicial. Não obstante, em razão do

montante envolvido, os autos foram remetidos ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, em 23/09/2013, por força de recurso de ofício. Em 08 de março de 2018, foi protocolado o Recurso Especial de divergência à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) em face do Acórdão nº 1401-001.895, proferido pela Primeira Turma Ordinária da 4ª Câmara e ratificado pelo Acórdão em Embargos nº 1401-002.150, proferido pela mesma Câmara. Porém, o Recurso Especial não foi conhecido. Encerrada a fase administrativa. Em 22 de junho de 2018 a empresa foi citada referente ao executivo fiscal, sendo que, em atendimento, informou que os débitos em exigência (CDA's nº 91218001441-37 e 91618012104-26), estão devidamente caucionados, conforme Termo de Caução firmado em 21 de maio de 2018. Atualmente, aguarda-se a conversão em penhora da caução oferecida, e, após ouvida a exequente, espera-se lavrado o respectivo Termo de Penhora, para que a Executada possa então assiná-lo, abrindo-se o prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal. Com base na posição dos assessores jurídicos externos, o valor atualizado desta ação é de R\$ 13.164 (treze milhões, cento e sessenta e quatro mil reais), sendo avaliada como de risco "possível", de acordo com o CPC 25 não foi constituída provisão para contingências. **15. Operações de Captação no Mercado** O montante de R\$ 6.061 (seis milhões, sessenta e um mil reais) em 30 de junho de 2018, R\$ 10.448 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) em 30 de junho de 2017, registrado na rubrica de "Despesas de Intermediação Financeira" representa, principalmente, despesas com juros sobre recursos captados, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade.

16. Outras Receitas / Outras Despesas

	2018	2017
Desconto Concedido	(14)	(4.386)
Outras Receitas (Despesa)	3	(100)
Ganho na Venda de Imóveis Não de Uso	-	79
Outras Contribuições	(3)	-
Custas Processuais	(40)	-
Total	(54)	(4.408)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social – Valores Correntes São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:

	2018	2017
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	10.916	(3.893)
Provisões não dedutíveis	2.963	737
Despesas não dedutíveis	35	134
Total das adições	2.998	871

Reversão de provisões não dedutíveis	4.070	15.868
Reversão de despesas não operacionais	-	79
Total das exclusões	4.070	15.947
Base de cálculo do IR e CSLL	9.844	(18.969)
IR (25%) e CSLL (20%) correntes	(4.417)	-

18. Imposto de Renda e Contribuição Social – Valores Diferidos São constituídos sobre as diferenças temporárias de acordo com Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006, CMN nº 4.192/2013 e CMN nº 4.441/2015.

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Base de Cálculo IRPJ (25%)	CSLL (20%)	2018	2017
Ativo Não circulante				
PCLD acumulada	56.451	14.113	11.290	25.403

	Em 2018	Em 2017
Varição no período		
Base de Cálculo - PCLD acumulada	(1.054)	(15.111)
Imposto de renda diferido	(263)	(3.778)
Contribuição Social diferida	(211)	(3.022)
IRPJ e CSLL diferidos	(474)	(6.800)

19. Instrumentos Financeiros Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito e recursos de aceites cambiais estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado. Em 30 de junho de 2018, a Instituição não tinha qualquer transação que envolvesse operações com derivativos.

Luiz Carlos Santiago Presidente	Giorgio Rodrigo Donini Diretor	Juarez Medeiros Gualberto Diretor	Claudio Brezinski Contador CRC/SC-019.405/O-0
---	--	---	--